39 — Principais componentes das seguintes rubricas:

CUSTOS			
	2005	2004	
6 — Outros custos de exploração	16 292,24	17 474,74	
11 — Perdas extraordinárias	2 664,10	101,54	
	18 956,34	17 576,28	
PROVEITOS			
	2005	2004	
7 — Outros proveitos	74 983,84	69 158,25	
9 — Ganhos extraordinários	—	1 073,33	
	74 983,84	70 231,58	
41 — Carga fiscal:			
	Resultado líquido	Lucro tributável	IRC liquidado
IRC — liquidado em 2004 (regime geral)	3 788,72	9 729,08	2 432,27
IRC — liquidado em 2005 (regime geral)	7 377,53	19 133,08	4 783,27
Tribut. autónoma (2005)			442,50

Notas finais. — Nada a acrescentar.

Vilamoura, 31 de Março de 2006. — O Gerente, *Vitor Manuel Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *José Joaquim Ferreira Manso*.
3000201127

FIMOGES — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Sede: Avenida da Liberdade, 211, 4.º, 1250-142 Lisboa.
Capital social: 1 100 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 507178483.
Matricula da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 15 284.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

Nos termos da lei e dos estatutos da sociedade vem o conselho de administração submeter à apreciação do accionista único o relatório do conselho de administração, o balanço e demonstração de resultados e respectivos anexos do exercício de 2005, para o que solicitamos aprovação.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

	Notas/ quadros anexos	2005		
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	84 331,28	—	84 331,28
Aplicações em instituições de crédito	4	1 000 179,17	—	1 000 179,17
Outros activos tangíveis	5	5 786,53	883,30	4 903,23
Activos intangíveis	6	6 647,95	2 215,97	4 431,98
Activos por impostos correntes		1 567,27	—	1 567,27
		1 098 512,20	3 099,27	1 095 412,93

1 — Actividade

No seguimento da autorização do Banco de Portugal, a sociedade foi constituída em 25 de Maio de 2005, tendo por objecto exclusivo a administração, em representação dos participantes, de um ou mais Fundos de Investimento Imobiliário.

O processo de registo especial da sociedade junto do Banco de Portugal ficou concluído em 18 de Outubro de 2005.

O processo de registo da sociedade, dos órgãos sociais e dos colaboradores junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ficou concluído em 12 de Janeiro de 2006.

A substituição da Gesfimo pela Fimoges na administração, gestão e representação do Fundo de Gestão de Património Imobiliário — Fungepi BES foi autorizada pela portaria n.º 404/2006 (2.ª Série), de 25 de Janeiro, publicada em 22 de Fevereiro de 2006.

Em 2006 estima-se uma cobrança de comissões de gestão no valor de 1,2 milhões de euros, no pressuposto que a Fimoges, para além do supra referido, assumira a gestão de um outro Fundo de Gestão de Investimento Imobiliário.

2 — Situação económica e financeira

Em função do referido no ponto anterior, no exercício de 2005 procedeu-se à realização do capital social inicial e à aquisição do mobiliário e equipamento informático necessários ao exercício da actividade.

No exercício a sociedade apresentou um resultado líquido negativo de 7749,57 euros.

3 — Proposta de aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários propõe-se que o resultado líquido negativo apurado seja levado à conta de resultados transitados.

4 — Informações complementares

De acordo com o artigo 66.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

- Não ter ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo directo ou indirecto sobre as contas do exercício de 2005;
- Não terem sido adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício;
- Não existirem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.
- Não existirem sucursais da sociedade em qualquer parte do território nacional e estrangeiro.

Confirma-se, ainda, igualmente não existirem dívidas em mora à segurança social e demais entidades do sector público estatal.

5 — Agradecimentos

O conselho de administração expressa os seus agradecimentos ao accionista único pelo apoio e colaboração, nomeadamente em todo o processo de constituição e registos da sociedade.

Apresentam-se, de seguida, as demonstrações financeiras e respectivo anexo relativas ao exercício económico findo.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otilia Antunes Florêncio*, vogal — *Vitor Manuel de Carvalho Neves*, vogal.

PASSIVO E CAPITAL

	Notas/ quadros anexos	2005
Passivo:		
Outros passivos		3 162,50
<i>Total do passivo</i>		<u>3 162,50</u>
Capital:		
Capital		1 100 000,00
Resultado do exercício		(7 749,57)
<i>Total do capital</i>		<u>1 092 250,43</u>
<i>Total do passivo + capital</i>		<u>1 095 412,93</u>

O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otilia Antunes Florêncio*, vogal — *Vitor Manuel de Carvalho Neves*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *António Victor de Carvalho Pereira*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

	Notas/ quadros anexos	2005
(Em euros)		
Juros e rendimentos similares	7	8 015,56
Outros resultados de exploração		— 198,54
<i>Total de proveitos</i>		<u>7 817,02</u>
Custos com pessoal	8	8 797,15
Gastos gerais administrativos		3 670,17
Amortizações do exercício	5 e 6	3 099,27
Resultados antes de impostos		<u>(7 749,57)</u>
Impostos		—
Resultados depois de impostos		<u>(7 749,57)</u>

O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otilia Antunes Florêncio*, vogal — *Vitor Manuel de Carvalho Neves*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *António Victor de Carvalho Pereira*.

Demonstração de alterações do capital próprio

	Capital	Resultado do exercício	Total
Saldo inicial	1 100 000,00	—	1 100 000,00
Resultado do exercício	—	(7 749,57)	(7 749,57)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1 100 000,00	(7 749,57)	1 092 250,43

O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otilia Antunes Florêncio*, vogal — *Vitor Manuel de Carvalho Neves*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *António Victor de Carvalho Pereira*.

Anexo às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

1 — *Introdução*. — Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (adiante designada por Fimoges ou empresa), com sede na Avenida da Liberdade, 211, 4.º, capital social de

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005

	(Em euros)
2005	
Actividades operacionais:	
Recebimentos de fundos	—
Pagamentos a fornecedores	(3 570,17)
Pagamentos relativos a pessoal	(5 734,65)
Fluxos gerados (absorvidos) pelas operações	(9 304,82)
Recebimento (pagamento) de imposto sobre o rendimento	—
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	(198,54)
<i>Fluxos das activ. operacionais</i>	<u>(9 503,36)</u>
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Imobilizações tangíveis	—
Juros e proveitos similares	6 269,12
	<u>6 269,12</u>
Pagamentos respeitantes a:	
Imobilizações tangíveis	(5 786,53)
Imobilizações intangíveis	(6 647,95)
	<u>(12 434,48)</u>
<i>Fluxos das activ. de investimento</i>	<u>(6 165,36)</u>
Recebimentos provenientes de:	
Subscrição de capital	1 100 000,00
Pagamentos respeitantes a:	
Operações de tesouraria	—
<i>Fluxos das activ. de financiam.</i>	<u>1 100 000,00</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>1 084 331,28</u>
Caixa e seus equival. no início do período	—
Caixa e seus equival. no final do período	1 084 331,28

O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otilia Antunes Florêncio*, vogal — *Vitor Manuel de Carvalho Neves*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *António Victor de Carvalho Pereira*.

1 100 000 euros, com o contribuinte n.º 507178483, foi constituída por escritura pública de 25 de Maio de 2005, tendo como objecto exclusivo a administração, em representação dos participantes, de um ou mais fundos de investimento imobiliário.

A Espart — Espírito Santo Participações Financeiras (SGPS), S. A., inclui as contas da Fimoges na consolidação que efectua, utilizando o método da consolidação integral.

2 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

2.1 — Bases de apresentação:

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Fimoges são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCAs traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a volumetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de activos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

2.2 — Reconhecimento de juros:

Os juros e proveito similares reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

2.3 — Activos intangíveis:

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações, pelo método das quotas constantes, por um período de três anos.

2.4 — Activos tangíveis:

Os activos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respectivas amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitam a reintegração do imobilizado durante a sua vida útil estimada.

As taxas de amortização utilizadas correspondem a um período de vida útil como segue:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	4
Equipamento informático	4

2.5 — Caixa e seus equivalentes:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.6 — Imposto sobre o rendimento:

O imposto sobre o rendimento compreendem o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efectiva de imposto estimada.

O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados.

A empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, de acordo com a legislação em vigor, no âmbito da Grupo ESPART — Espírito Santo Participações Financeiras (SGPS), S. A., onde a empresa está incluída. Contudo, a empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa óptica individual.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos.

3 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

As disponibilidades sobre outras instituições de crédito são constituídas por depósitos à ordem em instituições de crédito no país.

4 — Aplicações em instituições de crédito:

A totalidade destas aplicações é constituída por aplicações a prazo até 3 meses e por juros a receber no montante de 179,17 euros.

5 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido nas imobilizações corpóreas, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Mobiliário e material	Equipamento informático	Total
Saldo inicial:			
Custo	—	—	—
Amortizações acumuladas	—	—	—
	—	—	—
Movimentos no exercício:			
Adições	4 336,65	1 449,88	5 786,53
Amortizações do exercício	(542,08)	(341,22)	(883,30)
Saldo líquido de encerramento	3 794,57	1 108,66	4 903,23
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:			
Custo	4 336,65	1 449,88	5 786,53
Amortizações acumuladas	(542,08)	(341,22)	(883,30)
	3 794,57	1 108,66	4 903,23

6 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Outros activos intangíveis
Saldo inicial:	
Custo	—
Amortizações acumuladas	—
	—
Movimentos no exercício:	
Adições	6 647,95
Amortizações do exercício	(2 215,97)
Saldo líquido de encerramento	4 431,98
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:	
Custo	6 647,95
Amortizações acumuladas	(2 215,97)
	4 431,98

7 — Juros e rendimentos similares:

Os juros e rendimentos similares correspondem aos juros obtidos das aplicações em instituições de crédito.

8 — Pessoal:

No ano de 2005 a empresa teve ao seu serviço três administradores. As remunerações atribuídas aos órgãos sociais foram as seguintes:

Remunerações	7 255,38
Encargos sociais	1 541,77
	8 797,15

9 — Prestação de serviços:

Durante o ano de 2005 não foram prestados serviços aos fundos, em virtude da substituição da sociedade gestora Gesfimo pela Fimoges na administração, gestão e representação do Fundo de Gestão de Património Imobiliário Fungepi BES, ter sido apenas autorizada em 25 de Janeiro de 2006, pela portaria n.º 404/2006 (2.ª série), publicada em 22 de Fevereiro de 2006.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: Manuel Azevedo Leite Braga, presidente — Otilia Antunes Florêncio, vogal — Vítor Manuel de Carvalho Neves, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, António Victor de Carvalho Pereira.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 1 095 412,93 euros e um total de capital próprio de 1 092 250,43 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7749,57 euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e de alterações do capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de

distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (aviso n.º 1/2005), as quais têm por base as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 2 de Março de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por César Abel Rodrigues Gonçalves, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) O balanço, as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e de alterações do capital próprio e o correspondente anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da sociedade, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente formulada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 — Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao conselho de administração e a todos os colaboradores com quem contactámos pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 2 de Março de 2006. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por César Abel Rodrigues Gonçalves, revisor oficial de contas.